



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681363 - SP (2021/0226586-8)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MAYARA ROSSALES MACHADO - RS081244  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RIVALDO ALVES BONFIM (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RIVALDO ALVES BONFIM, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0009755-73.2014.8.26.0223).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial semiaberto e ao pagamento de 8 dias-multa, pela prática da conduta prevista no art. 155, § 4º, II, do Código Penal.

Sustenta a impetrante que o acórdão impugnado incorreu em flagrante ilegalidade, na medida em que deixou de considerar que as provas produzidas, em especial o laudo pericial, comprovam a reduzida capacidade de determinação do acusado no momento dos fatos, o que justifica a incidência da causa de diminuição de pena, prevista no art. 26, parágrafo único, do Código Penal no seu patamar máximo de 2/3, ao invés do *quantum* de 1/3, mantido pela Corte Estadual.

Aduz, ainda, que, para fins de detração, devem ser contabilizados os 10 meses em que o paciente ficou preso preventivamente, o que atrai a aplicação do regime aberto, nos termos do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, seja aplicada a causa de diminuição de pena prevista no art. 26, parágrafo único, do Código Penal, em seu patamar máximo, bem como seja imposto o regime aberto de cumprimento de pena corporal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se, em uma análise ainda preliminar do feito, que foram declinados os fundamentos para a manutenção do patamar de 1/3 referente à causa de diminuição da pena prevista no art. 26, parágrafo único, do Código Penal e do regime semiaberto para cumprimento da pena corporal (e-STJ fl. 47):

[...]

*A conclusão do laudo psiquiátrico pelo comprometimento da capacidade de determinação do réu no momento da ação justifica o reconhecimento da causa de diminuição de pena, mas não garante sua incidência em 2/3 (dois terços).*

*Pelo que se infere dos autos, não há elementos que a justifiquem, pois o laudo pericial constatou o comprometimento da capacidade de determinação do*

*acusado Rivaldo, em virtude da dependência de drogas psicoativas, sem, contudo, afetar seu pleno entendimento dos fatos.*

*Além disso, o réu é portador de doença controlável, que se estabiliza com o uso de medicamentos. Uma vez que não compromete seu entendimento sobre o caráter ilícito do fato de forma ampla, não há elementos, nos autos, que autorizem a redução máxima pleiteada", bem discorre a ilustrada Procuradoria Geral de Justiça, em lúcido parecer (fls. 167 a 168).*

*Outrossim, como a condição de reincidente ostentada pelo réu (fl. 11, do apenso) justifica a fixação do regime prisional intermediário e obsta a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nada há a modificar na r. sentença recorrida, que bem decidiu a lide.*

*[...]*

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência